



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental.

Experiências de resistência à remoção dos moradores da favela da margem da linha

Pollyanna de Souza Carvalho¹
Érica Terezinha Vieira de Almeida²

Resumo: O trabalho apresentado, fruto de pesquisa sobre lutas sociais e mobilizações coletivas, entre 2000 a 2017, em Campos dos Goytacazes, localizado na Região Norte Fluminense/RJ, problematiza as experiências de resistência e os móveis dos moradores da Favela da Margem da Linha, sob a ótica do direito à cidade, em decorrência da ação de remoção, em uma localidade desenhada, historicamente, pelos processos de segregação socioespacial e destituição de direitos, especialmente após a implementação dos Grandes Investimentos na Região Norte Fluminense. Comandado pelo novo padrão de acumulação do capital sob a égide da financeirização e suas estratégias na Região, o processo de remoção forçada do Governo Local transformou a percepção dos moradores desta comunidade sobre as injustiças sociais em resistência e luta coletiva, criando uma identidade coletiva e uma solidariedade social capaz de enfrentar o projeto forjado pelos atores da especulação imobiliária.

Palavras-chave: Moradores da Favela da Margem da Linha; Acumulação por espoliação; Campos dos Goytacazes; Direito à Cidade.

Experiences of resistance to the removal of residents of the margem da linha slum

Abstract: The work presented, based on research on social fights and collective mobilizations, from 2000 to 2017, in Campos dos Goytacazes, Region Northern Fluminense/RJ, aims to discuss about the motive and resistance process of residents of Margem da Linha Slum, from the perspective of the right to the city, because of removal action, in a local context marked, historically, by processes of socio-spatial segregation and disqualification of rights, especially by the actions of the Big Enterprises in Region Northern Fluminense. Commanded by the new pattern of capital accumulation under a financing angle and its strategies in the Region, the process of forced removal of the Local Government transformed the perception of the residents of this community about social injustices into resistance and collective struggle, creating a collective identity and a social solidarity capable of confronting the project forged by the actors of real estate speculation.

Keywords: Residents of Margem da Linha Slum; Accumulation by spoliation; Campos dos Goytacazes; Right to the City.

¹ Bacharel em Serviço Social pela UFF de Campos dos Goytacazes (RJ). Mestranda em Serviço Social (ESS/UFRJ). Pesquisadora do NUFSTEV/UFF (Núcleo em Famílias, Sujeitos Coletivos e Territórios Vulneráveis). Foi discente-pesquisadora do NETRAD (Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política). E-mail: pollyannacecf@gmail.com

² Doutora em Serviço Social, Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF/Campos dos Goytacazes (RJ). Coordenadora do NETRAD. E-mail: ericalmeida@uol.com.br

Introdução

A reflexão ora socializada é fruto da pesquisa intitulada “Trabalho, Precarização e Resistência na Periferia do Capitalismo: a região Norte Fluminense como cenário” (2017-2019), sendo esta financiada pela FAPERJ e desenvolvida no Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD), da Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Neste intento, a pesquisa objetivou investigar as ações coletivas³, manifestações e grupos de resistência, seus discursos e estratégias políticas no âmbito regional⁴, desde a entrada do ano 2000 a 2017, priorizando-se, entretanto, as mobilizações coletivas por direitos sociais ocorridas na cidade Campos/RJ, como é comumente chamada.

A partir deste objetivo geral, o trabalho em tela possui como escopo somente a discussão das experiências de resistência e os móveis dos moradores da Favela da Margem da Linha, situada na cidade de Campos. Isto porque se observou, diante da espacialização dos conflitos dos moradores de periferias da referida cidade, de forma majoritária, que a parcela destes trabalhadores é a mais superexplorada, segregada e precarizada da cidade, sendo residentes de bairros⁵ marcados pela espoliação urbana (KOWARICK, 1979), apresentando um conjunto de extorsões referentes ao mundo do trabalho, a carência e precarização de equipamentos públicos e de consumo coletivo, debilidades na infraestrutura urbana e saneamento básico, além da vulnerabilidade socioeconômica e civil, nos pensamentos de Kowarick (2009).

Tal pano de fundo não isenta a situação dos moradores da Favela da Margem da Linha, uma vez que a metade⁶ destes indivíduos foi removida forçadamente pelo poder público municipal, do seu local de moradia, no ano de 2014, para residir em habitações oriundas do Programa Municipal de Habitação de Interesse Social, o “Morar Feliz”⁷

³ Classificam-se em sete grupos sociais: a) movimento sindical; b) movimento pela reforma agrária, com destaque para o MST; c) movimento identitário (feministas, negros e LGBT); d) movimento estudantil; e) grupos de moradores da periferia da cidade; f) trabalhadores informais (camelôs, perueiros e catadores de recicláveis); por último, g) movimentos políticos “progressistas” e “conservadores”.

⁴ A Região Norte Fluminense é formada pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu.

⁵ Para se ter uma ideia, já no início do ano de 2020 ocorreram vários assassinatos, muitos em função de conflitos entre facções, de adolescentes negros e provenientes das camadas empobrecidas, além de adultos, na faixa dos 19 aos 30 anos de idade. Segundo site local, a cidade já contabiliza 16 assassinatos no presente ano (Disponível em: <https://campos24horas.com.br/noticia/fuzilado-no-parque-aurora>. Acesso em: 10 de fev. 2020).

⁶ Foram mais de 100 famílias removidas da Favela da Margem da Linha, rumo aos conjuntos habitacionais em Ururá e na Tapera, ambos localizados em Campos (RJ).

⁷ A tese deste programa é de que reassente as famílias que ocupam localidades de risco (alagamentos,

(2009-2016). A remoção perpassou, não obstante, pela ótica da instrumentalização (BARBOZA, 2019) do “risco” social implementado pelo governo de Rosinha Garotinho (2009-2016), ocasionando um quadro marcado pela violação de direitos e expropriações contemporâneas (MOTA, 2017).

Investiga Caldeira (2000, p. 13), como os discursos e estratégias de proteção, na atualidade, se entrelaçam com as transformações urbanas para produzir um padrão de segregação⁸ baseado em um novo formato de espaço público, apartando e distanciando os grupos sociais. Decerto que este contexto de expropriações na Favela da Margem da Linha foi incensado para o reordenamento da dinâmica da produção social da cidade, com foco na utilização das terras ociosas e em valorização, para a expansão dos Grandes Investimentos (GIs⁹) e, em especial, dos condomínios fechados para residência, ao redor do Shopping Boulevard (MENDES; GOMES; SIQUEIRA, 2014). Por isso que se pretende traçar uma discussão envolvendo o direito à cidade (HARVEY, 2013; LEFEBVRE, 2001), relembrando os velhos e os novos processos de segregação socioespacial (CALDEIRA, 1997, 2000), na égide da acumulação por espoliação (HARVEY, 2009).

Para execução desta proposta, os procedimentos metodológicos adotados foram, além da revisão bibliográfica, a pesquisa hemerográfica através do Jornal Folha da Manhã (2000-2017)¹⁰, e pesquisa de campo via entrevistas realizadas com moradoras¹¹ da Favela da Margem da Linha, no ano de 2019.

Do diálogo entre o que foi mapeado pela pesquisa, nota-se que o espaço espelha a classe social que nele habita, bem como é o chão da luta de classes. A concepção de Yazbek (1996, p. 63) demonstra que a ausência de poder de decisão e a falta de bens

enchentes ou situadas às margens de estradas e ferrovias). Segundo a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), o programa visa ofertar 10.000 habitações para as famílias do município. Para o Decreto Municipal n. 55/2011, que produz o Morar Feliz, determina os critérios para distribuição das casas populares: que os beneficiários estejam ocupando habitações irregulares em localidades de risco, que possam ser vulneráveis do ponto de vista social, como provenientes do Programa SOS Habitação (MENDES; GOMES; SIQUEIRA, 2014).

⁸ Segundo Caldeira (2000, p. 211), a segregação – tanto social como espacial – é uma marca das cidades. As regras que compõem o espaço urbano são substancialmente padrões de diferenciação social e, até mesmo, de separação, expressando como os grupos sociais se inter-relacionam nas cidades.

⁹ Os Grandes Investimentos (GIs) são investimentos públicos e privados de grande porte, em termos de capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos, no segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural e construído.

¹⁰ O referido Jornal foi escolhido em virtude de ser o único jornal local que cobriu todo o período da pesquisa, de 2000 a 2017.

¹¹ Com a finalidade de resguardar o sigilo, as entrevistadas serão representadas pelos números “1” e “2”. Além disso, utilizou-se Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pela perspectiva ética.

materiais das camadas empobrecidas acontecem paralelamente a prática de resistência e luta dos atores coletivos, como se observou no caso dos moradores da Favela da Margem da Linha, juntos às parcerias e apoios, como o Centro Juvenil São Pedro (CJSP), Universidades e o Sistema Jurídico.

A agenda das lutas políticas e mobilizações coletivas, no rol da acumulação flexível (HARVEY, 2009), precisa ser ativa e propositiva para a reinvenção e negociação das demandas da classe que vive do trabalho, como forma de exercer pressão sobre o poder público, especialmente quando se trata de sua participação na esfera pública e controle social. Por causa da ampliação do Estado penal (WACQUANT, 2012) e das contrarreformas em curso, as camadas empobrecidas e resistentes precisam se lançar nos espaços democráticos de direitos para a construção de uma cidadania cotidiana, pautada na consciência de “classe para si” e do “bom senso”, delimitado pela criticidade das condições de vida dos grupos subalternos. A conquista de hegemonia, segundo Coutinho (1994), amparado nas lentes gramscianas, precisa da guerra de posições, de disputas de projetos políticos, introdução de direção e consenso entre os sujeitos. É necessário que estes atores se tornem os intelectuais orgânicos capazes de fazer da política um espaço global democrático de negociação e articulação das demandas da classe trabalhadora, em uma conjuntura de novas possibilidades de debates e de pluralismo entre os representantes políticos e a população.

A resistência dos moradores da Favela da Margem da Linha contra o processo de expropriação dos direitos sociais em Campos dos Goytacazes/RJ.

Elucidar sobre o sentido da cidade na contemporaneidade, para além do espaço público da acumulação e valorização do capital, bem como a produção e reprodução social dos trabalhadores requer mencionar, primeiramente, na visão de Lefebvre (2001), que a cidade é uma obra, com possibilidade de participação política da classe trabalhadora e dos demais segmentos sociais preocupados em democratizá-la e torná-la lugar de encontros. No entanto, para o mesmo autor, ela passa a contrastar com a lógica do dinheiro, do comércio e até mesmo com a direção das trocas e produtos, o que ocasiona antagonismos entre riqueza e pobreza e, conseqüentemente, os conflitos urbanos e lutas de classes. No mesmo contributo, afirma Harvey (2013) que os atores sociais podem trabalhar para o direito à cidade e mudanças urbanas ante mobilizações sociais e

lutas políticas, já que a cidade é feita a partir das ações individuais e coletivas, de cunho intelectual e econômico.

A leitura destes interesses que se conflitam na cidade e mobilizações sociais não exclui o município de Campos dos Goytacazes, localizado na mesorregião Região Norte Fluminense/RJ (RNF). Uma vez que nesta cidade, a modernização seguiu o padrão conservador, com a presença exclusiva das oligarquias agrárias no aparelho do poder público municipal. A cidade foi e continua sendo refém de uma modernização “pelo alto”, com traços elitistas, de exclusão e segregação dos grupos subalternos da sociedade, dos espaços públicos e da política, desde os primeiros períodos da urbanização do século XIX.

Percebe-se que atualmente no século XXI, a cidade, de porte médio, conta com uma população de 507.548 habitantes (projeção estimada em 2019)¹². Historicamente, teve a cana de açúcar como mercadoria propulsora da economia, desde o período colonial, perpassando por diversas crises (SILVA; RAINHA, 2014). É bom que se recorde que, com o término da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964 e da estrutura política, institucional e financeira que assegurava o fechamento político da RNF, suas elites agroindustriais não resistiram às novas práticas da concorrência intercapitalista. No entanto, esta cidade retornou ao cenário nacional, em 1970, com o descobrimento e exploração de petróleo e gás, em sua Bacia, e pelo aumento dos orçamentos dos municípios produtores de petróleo, a partir de 1989. Neste último ano, o setor sucroalcooleiro começou a entrar em crise, onde se arrastou até o final dos anos de 1990 a 2000.

Rememora-se que, no período da modernização agrícola, a partir dos anos de 1940 a 1970, ocorreu o processo de expropriação dos trabalhadores do campo na modalidade de colonos e moradores, bem como o seu assalariamento. Explica Cruz (1992, p. 160-161) que este fato foi devido à estagnação dos níveis de produção e de produtividade da lavoura, como também, as mutações nas relações produtivas, o que passou a movimentar à formação de uma grande massa de trabalhadores rurais habitantes na zona urbana, volantes, temporários, operando como clandestinos na própria lavoura da cana.

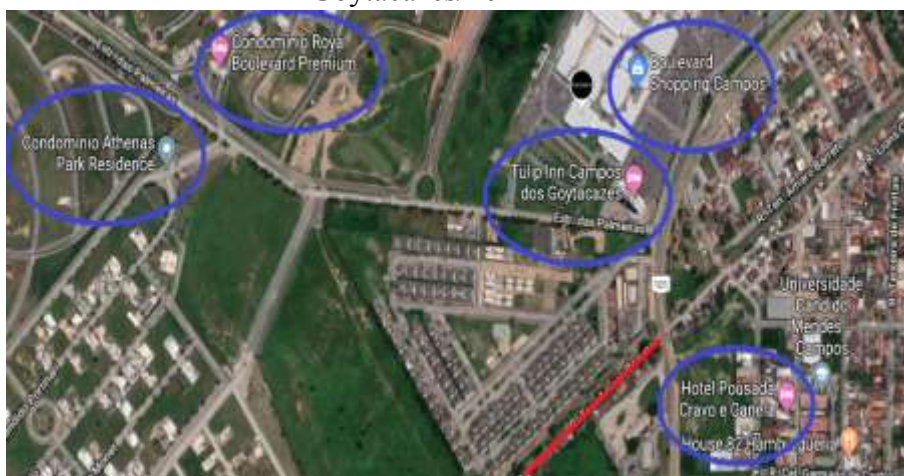
De posse à sobrevivência na área urbana, os trabalhadores rurais se inseriram nas periferias distribuídas em Campos, com pouca infraestrutura e equipamentos para o

¹²Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 12 de fev. 2020.

atendimento das demandas sociais, especialmente as localizadas no subdistrito de Guarus, localizado na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Neste sentido, os trabalhadores rurais presenciaram um cenário de baixíssima absorção da força de trabalho no mundo de trabalho formal. Não haveria de ser divergente, como o Estado é capturado pelo capital, que as suas ações passaram a ser quase inexistente para os trabalhadores, no que concerne à oferta de políticas e serviços públicos, uma vez que a esfera pública foi uma arena vinculada aos grupos dominantes, para que as camadas empobrecidas não acessassem os direitos sociais e políticos. Cruz (1992) salienta que além do trabalhador rural em condições de “bóia-fria”, das empregadas domésticas e diaristas e dos operários da construção civil, também integrou o mercado de trabalho local, um imenso “exército de biscateiro”, em um patamar de sobrevivência delimitado pela pobreza e expropriação.

Implícito a tal cenário de expropriação da classe trabalhadora, se encontra a Favela da Margem da Linha, que remonta à década de 1960, conforme relatos dos moradores, quando os trabalhadores da Usina do Queimado iniciaram a ocupação das margens da linha férrea (Rede Ferroviária Federal – RFFSA apud MENDES; GOMES; SIQUEIRA, 2014). Segundo (OLIVEIRA et al, 2012), a comunidade foi, inicialmente, integrada por trabalhadores do corte de cana, que ao serem demitidos perderam o benefícios de residirem nas casas da usina do Queimado. Então, a faixa situada entre o pasto da usina e a linha ferroviária foi a estratégia para tais trabalhadores e suas famílias.

Figura 1: Localização da Favela da Margem da Linha em Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: MAPS¹³, 2019.

¹³Na linha vermelha da figura encontra-se a localização da Favela da Margem da Linha. De cor azul estão os grandes investimentos situados ao redor da mencionada Favela, dentre eles estão o Boulevard Shopping e os Condomínios de alto padrão. Destaca-se que, ao redor de tais investimentos imobiliários, se situam as

A Favela da Margem da Linha, como já fomentado, começou a ser desenhada na década de 1960, quando os trabalhadores rurais ligados à Usina do Queimado procuravam um *locus* para habitar. Entretanto, mal sabiam esses moradores que, no seio da década de 1990, as terras da usina iriam ser paulatinamente particionadas, e negociadas com o capital “de fora” em torno de atividades com hipermercados, condomínios horizontais fechados de alto padrão, condomínios verticais para a classe média-alta, além da instalação do Boulevard Shopping, em 2009, e de grandes redes hoteleiras, o que acabou incentivando a especulação fundiária, seguido, de remoções urbanas forçadas da população do seu entorno (MENDES; GOMES; SIQUEIRA, 2014).

Cabe ressaltar que os processos de remoções foram implementados em virtude direta do declínio da agroindústria em Campos, desde o final de 1980 a 2000, ocorrendo um aumento das terras ociosas e disponíveis para o fenômeno de especulação imobiliária¹⁴. Não é por acaso que se aprofundou a introdução dos condomínios horizontais fechados, o que por sua vez coaduna com a dimensão de enclaves fortificados proferida pela Caldeira (1997, p. 155), no momento em que estes se tornam espaços privados, monitorados para residência e consumo. Certamente, tal enclaves fortificados demonstram uma nova estratégia para a vida urbana das classes médias e altas, em função do medo e da violência, de forma que são codificados como algo que atribui *alto status* (...), sublinhando a segregação social como um valor (p. 159).

Se intensifica, neste sentido, a prerrogativa de insegurança social promovida pelas “classes perigosas¹⁵”, logo após a década de 1990 no solo brasileiro, com o andamento da acumulação por espoliação (HARVEY, 2009) e da reestruturação produtiva, no bojo do neoliberalismo e supremacia da financeirização do capital. Este contexto de globalização repercutiu no arrocho das condições de vida da população no

terras da antiga Usina do Queimado. Além de que, do lado direito desta Favela, se encontra a Avenida Pelinca, que atrai comércios, shopping e outros condomínios residenciais de luxo (Cf: MAPS, Google. **Localização da Favela da Margem da Linha em Campos dos Goytacazes/RJ**. 2019a. il. color. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-21.7571667,-41.3503532,569m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 21 de jul. 2019.).

¹⁴ No período entre 1981 a 2014, foram construídos 32 condomínios horizontais fechados na cidade de Campos dos Goytacazes (Ver: MANHÃES, Viviane Rangel Ribeiro; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. A expansão dos condomínios horizontais privados em Campos dos Goytacazes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. São Paulo. **Anais do XVII ENMPUR**. Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?. São Paulo, 2017).

¹⁵ Associação entre classe trabalhadora, subalterna, como aquela produtora de violência, do medo e da marginalidade. Olhar preconceituoso, estigmatizador e discriminatório contra os mais pobres, moradores das periferias e favelas (Ver: CALDEIRA, Teresa Pires. **Enclaves Fortificados: a Nova Segregação Urbana**. São Paulo: Estudos Cebrap, v. 47, 1997).

âmbito nacional e local, com o andamento do desemprego estrutural, expropriações urbanas, violências, desmontes das políticas e serviços de proteção social. Adiciona-se, ainda, o avanço do neoconservadorismo e do Estado penal (WACQUANT, 2012), em uma onda radical de criminalização e desqualificação das ações coletivas e grupos de resistência, em uma verdadeira luta contra os pobres e segregados socialmente.

No curso destes detalhes, verifica-se um quadro caracterizado por diferentes interesses, conflitos e disputas em cena pelo uso da cidade de Campos. Visto que, a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Açú¹⁶, no início do século XXI, atualmente, de propriedade de um Fundo de Investimento Americano, o EIG (*Energy, Investment Group*), no município de São João da Barra (SJB) – vizinho de Campos – e o Complexo Logístico e Portuário de Farol-Barra do Furado, têm sido outros vetores centrais da especulação imobiliária mais recente no município de Campos, propiciando múltiplos deslocamentos forçados da população.

De fato, a cidade de Campos está sendo atingida por estes Grandes Investimentos tanto na malha de serviços e empregos, quanto no estabelecimento da especulação fundiária e imobiliária, fazendo com que milhares de famílias, agricultores, fazendeiros, pescadores e moradores deixem suas moradias para a inserção de hotéis, condomínios fechados, shoppings e outros estabelecimentos relacionados ao comércio. Os impactos têm sido observados em processos de desestruturação dos espaços públicos e problemas relacionados ao transporte, moradia, saúde, educação, entre outros, sendo questões pertinentes ao planejamento público da própria cidade, que por sua vez, não tem propiciado condições dignas para os grupos subalternos durante décadas.

Outrossim, alinhado ao impacto que a cidade obterá pela viabilidade da especulação fundiária das áreas periféricas, com a finalidade de lucros e rendas para o setor privado, começou-se um processo de remoção urbana dos moradores da Favela da Margem da Linha, por meio também da implantação do Programa Municipal de Habitação de Interesse Social, o “Morar Feliz” (2009-2016), pensado estrategicamente como uma Política Habitacional, sob o discurso e a instrumentalização (BARBOZA, 2019) do “risco social”, o qual passou a favorecer a ideologia de um discurso normativo de gestão e planejamento urbano, a título de proteção ambiental.

¹⁶Este Porto disponibiliza soluções de infraestrutura para o setor de óleo e gás, sua principal atividade desde os acidentes envolvendo o mineroduto responsável pelo transporte do minério de ferro de Minas Gerais até o Porto do Açú em SJB.

À luz destes fatores, o processo de remoção urbana na Favela da Margem da Linha, em Campos, com início no ano de 2014, aconteceu de tal forma para as duas moradoras que foram contra à expropriação, residentes há mais de 30 anos, na mencionada localidade:

A prefeitura veio e nem perguntou se a gente queria sair, eles praticamente impuseram que a gente saísse, ou saía ou ficaria sem casa, ou “vai para aonde a gente colocar vocês”, “porque aqui tudo vai ser demolido”. A gente não teve mais nada como aceitar ou não. Foi um processo louco e doido, porque se era para tirar, tinham que tirar todos. A gente foi na prefeitura, fizemos paralisação, uma manifestação. Eles tinham que nos colocar para viver com qualidade de vida, sem precisar remover, porque aqui não oferece risco. Aqui não tem risco para ninguém. Alegaram risco do trem, mas nós vivemos a vida toda com trem, eram tantas conversas fiadas. O poder público atuou da pior forma possível, porque eles acham que a gente não tem o direito de se manifestar e eles podem fazer o que querem, queriam tirar o povo a qualquer custo da estrada, da BR, sem saber o que passamos. Segundo relatos, foi por causa dos condomínios, porque as pessoas não querem pagar o valor do IPTU, porque está perto de uma comunidade e acham que perdem valor (DEPOIMENTO DE ENTREVISTADA 1, 2019).

No início, a gente nem sabia sobre a remoção. Ficamos sabendo por acaso que a comunidade seria removida. Uma pessoa ouviu uma conversa que seríamos removidos. Ficamos dialogando com pessoal do governo, falaram que não sairíamos dessa maneira. Quando a gente menos esperou, marcaram a pedra fundamental em Ururai, do Morar Feliz, daí falamos “o que?”. E eles vieram aqui (o poder público) e falaram que quem não fosse iria ficar sem casa, e as pessoas foram ficando com medo. Começamos a fazer o movimento social na comunidade, para poder falar o que acontecia. Veio o pessoal da UFF, IFF (arquitetura) e UENF, e nos deu apoio. Fizemos audiência pública no IFF e esquentou no dia. Tivemos apoio das faculdades, do Centro Juvenil São Pedro e entramos em contato com a defensoria pública. Eles (o poder público) vieram com tudo não respeitando nossos direitos, nem nossos vínculos, passando por cima. Nós até participamos do grito dos excluídos. Essa segregação deles, eles tiram o pessoal daqui e vai enfiando nos buracos dos buracos. Quer dizer, da periferia para a periferia, vai limpando a cidade, e higienizando, tirando os pobres da cidade. Falam da área de risco por causa da linha do trem que foi desativada, inventaram a tubulação de gás (aqui o pessoal usa gás encanado) e alagamentos. Tudo que eles começaram a falar caiu em contradição, eles arrumaram de tudo (DEPOIMENTO DE ENTREVISTADA 2, 2019).

Barboza (2019) expressa que o discurso do risco se materializa e desterritorializa a pretexto do “bem-estar” dos sujeitos sociais e das novas modalidades de reordenamento territorial. Chega-se em uma dada conclusão, de que esta lógica gera três hipóteses: i) de que o discurso ambiental do risco mostra-se como um novo modo de regulação urbana; ii) passa a beneficiar somente uma parcela da população e iii) favorece a produção desigual do espaço urbano da cidade.

Necessário proferir, segundo (OLIVEIRA et al., 2012), que criou-se no ano de 2011, na Favela da Margem da Linha, um Projeto de “Mobilização pela Defesa e Garantia de Direitos”, pela equipe do Centro Juvenil São Pedro - CJSP, para evitar que a

Comunidade pudesse ser removida. Este Projeto, em sua construção, contou com apoio de representantes da juventude e de demais moradoras(es) da Favela, com pesquisadores e profissionais do âmbito do Direito, Assistência Social e Arquitetura, a partir de muitas reuniões e participações em espaços públicos, como fóruns municipais e eventos, com o objetivo de incentivar o protagonismo dos moradores, em face à luta pela permanência e garantia de direitos básicos.

Figura 2: Cenário após o ato de remoção dos moradores da Favela da Margem da Linha em Campos Goytacazes (RJ)



Fonte: Pedlowski¹⁷ (2015).

O movimento de remoção não contou com a participação social dos moradores da Favela nos processos decisórios da cidade, onde se presenciou a centralização de poder dos representantes públicos e um distanciamento da esfera pública democrática e cidadã, além da presença de uma lógica higienista dos grupos subalternos. Observou-se que a violência sofrida pelos moradores foi tanto material quanto simbólica, tendo em vista o significado de morar nessa localidade e do pertencimento, a teia de relacionamentos construídos e, ainda, a rede de proteção social frequentada para o acesso aos direitos. Na interpretação de Vieira (2018), as consequências das remoções se amparam na perda da rede de solidariedade produzida entre vizinhos, perda de emprego e renda devido a mudança involuntária, além de dilemas para a mobilidade, locomoção e lazer no novo espaço de residência. Ainda, a própria demolição da habitação e a ausência da remoção dos entulhos expande situações de risco e insalubridade, como modo de pressionar a saída

¹⁷ PEDLOWSKI, Marcos. **Blog do Pedlowski:** remoção. 2015. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/tag/remocao/>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

dos sujeitos sociais que resistiram.

Tornou-se preciso, haja vista esta ação pública, que os moradores da Favela da Margem da Linha e os profissionais entrassem com recursos ao sistema de justiça, tanto no âmbito da Defensoria Pública e no Ministério Público Federal e Estadual, quanto no pedido para a Organização das Nações Unidas (ONU), para a formalização de recomendações específicas para os casos de aceite de remoção. Isto porque foi levado em consideração o guia de remoções, para que todos os cuidados fossem tomados para os moradores que quisessem ir e o respeito por quem pensasse o contrário.

Neste contexto, os moradores que foram removidos para os conjuntos habitacionais do Programa Habitacional de Interesse Social, o “Morar Feliz”, segundo a entrevistada 2:

[...] Estão arrependidas, não tem nada naquele lugar, e sem direito a nada, sem ter ônibus direito, posto de saúde, escola. Aqui deve ter agora 200 e poucas famílias, e metade das famílias foi para lá. Elas perderam vínculo comunitário, sofreram assaltos, morreram atropeladas, tem violência e insegurança. O poder público veio e tirou os móveis das pessoas e derrubaram as casas, chegou lá não tinham casas para as pessoas e os móveis ficaram do lado de fora sem ter onde ficar. Foi tudo desorganizado. As pessoas removidas ficaram no entulho, até uma mulher foi estuprada por desconhecido lá. Nós resistimos por causa dos vínculos comunitários. Foi um absurdo o pouco caso, como se fosse um “bando de gado” e “burro” para ser tocado para um pasto longe. Não deixamos isso acontecer. O povo vê a comunidade como tivesse bandido, mas aqui tem famílias. Vai passar por cima da gente porque somos pobres? E os nossos direitos de cidadãos? O pessoal que ficou na Favela está na mesma, continua sem saneamento, transporte, esgoto é péssimo, a água e a luz falaram que vão legalizar, porque são nossos direitos também (DEPOIMENTO DE ENTREVISTADA 2, 2019).

Decerto, que estes dilemas se inscreveram no conjunto das manifestações coletivas dos moradores do mencionado Programa Habitacional, registrados pela pesquisa em tela (2000-2017), na medida em que os sujeitos presenciam o descaso e a ausência de planejamento do governo local, no que concerne aos serviços públicos fundamentais, sobretudo a partir do ano de 2014.

É bom expressar, todavia, a resistência e as lutas coletivas contra o processo de remoção imposta aos moradores da Favela Margem da Linha, o que desencadeou uma ação coletiva¹⁸ para além do espontaneísmo e imediatividade, fator que raramente

¹⁸ Vale atentar-se para a visão da Gohn (2000), no que toca as diferenças entre uma ação coletiva e o movimento social. A primeira vertente se expressa via protesto (pacífico ou não), rebelião e/ou invasão, sinalizando uma forma de estruturação destas ações coletivas. A segunda expressão sinaliza ações coletivas de caráter sociopolítico, formadas por divergentes sujeitos e classes sociais, que acabam politizando suas demandas e produzindo um campo político de força social no âmbito da sociedade civil. “As ações

aconteceu no município de Campos, durante o espaço-temporal estudado (2000-2017). Os moradores, em nenhum momento, deixaram de enfrentar o poder público e suas artimanhas para a concretização do desmonte dos seus direitos sociais, especialmente seu direito à cidade e à moradia. Contíguo, a entrevistada 1 aborda alguns detalhes sobre a experiência de resistência contra o processo de remoção urbana da Favela:

[...] Quando eles falaram que iam tirar, nós falamos “ou vai todo mundo ou não vai ninguém”. Eles (moradores) foram obrigados a ir, falaram que se eles não fossem ficariam sem casa, ou seja, o paraíso. Tinha gente que tinha um cômodo de casa e queria ir. O vizinho da gente é tipo parceiro, irmão, você tem tudo. Temos muito tempo de amizade [...]. Resistimos porque primeiro a gente não queria ir para o local longe, não tinha nada a ver a direção imposta a gente, que aqui era área de risco. Eles queriam tirar a gente daqui para lugar totalmente diferente, é tipo arrancar você da sua raiz. O certo seria a remoção para um lugar perto e confortável [...]. Os condomínios, shopping e a pressão tiveram que engolir a gente, a gente era café pequeno e viramos “*micro-formiguinhas*”, vieram todo mundo tirar a gente daqui. Aqui foi o lugar que mais me acolheu e me sinto bem [...]. As pessoas daqui são desunidas e isso enfraquece o movimento social, temos que ter parceria e sem ela não conseguimos nada (DEPOIMENTO DE ENTREVISTADA 1, 2019).

Importa dizer que àqueles que resistiram contra o ato de remoção forçada, se sentiram desrespeitados do seu direito de manter convivência com outras pessoas e com o lugar em que construíram a vida há anos, sendo que muitos sujeitos nasceram na própria localidade. A maior parte dos moradores tinha diversas motivações, que se traduziam na relação com os equipamentos públicos próximos à localidade, a frequência de escolas, idas ao posto de saúde e aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Um marco histórico de resistência é que a metade da comunidade não cedeu às vontades dos representantes políticos. Este elemento foi um ato de protagonismo e luta na cidade, visto que de todas as remoções que aconteceram, em função do mesmo Programa Habitacional, o único lugar onde houve qualquer tipo de questionamento, discussão e trabalho de mobilização, com apoios, junto à Comunidade pelo Centro Juvenil São Pedro, foi na Favela da Margem da Linha, sobretudo na refundação da Associação de Moradores. Do mesmo modo, de acordo com o depoimento da moradora “2”, “a sorte foram as Universidades, o Sistema Jurídico e o Centro Juvenil São Pedro, além de ter tido conhecimento sobre os direitos, especialmente o direito à cidade”.

Por fim, cabe expressar que é apenas a luta popular articulada às Instituições e Organizações comprometidas com uma outra cidade, radicalmente democrática, que

desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum” (p. 13).

poderá colocar obstáculos ao projeto de privatização e mercantilização dos espaços públicos nos dias atuais. No entanto, ainda restam algumas problematizações: “Será que as resistências contemporâneas vão continuar e terão potencialidade para transformar essa lógica que vem comandando as políticas públicas e as ações do Estado?” e “As Instituições Públicas, como as Universidades, vão resistir ao seu desmonte e continuar apoiando os movimentos sociais e os grupos subalternos na organização dos seus interesses?”. Eis algumas indagações.

Conclusão

As reflexões socializadas dedicaram-se a descortinar a experiência de resistência à remoção forçada dos moradores da Favela da Margem da Linha, na cidade de Campos/RJ, em nome do “risco” social e primazia dos interesses rentistas locais.

Intrínseco a este contexto, compreende-se como o Estado, no caso brasileiro, via avanço neoliberal, além das contrarreformas implementadas, passou a criminalizar e desqualificar as lutas e as mobilizações coletivas, em face da crise do capital. Isto porque após o respaldo do Consenso de Washington (1989), houve um novo pacto social de enxugamento do atendimento das demandas sociais nos países periféricos, com o aprofundamento da financeirização econômica, mercantilização, privatização de políticas e serviços sociais.

No sentido oposto a tal dinâmica, surgiram os conflitos urbanos dos moradores da Favela da Margem da Linha contra o avanço da acumulação por espoliação (HARVEY, 2009), que por sua vez tem derrocado com os direitos ao trabalho, moradia, terra, serviços e políticas sociais. Percebeu-se, que os moradores da Favela da Margem da Linha são atores sociais com potencialidade de inscrever nos lugares menos institucionalizados e/ou mais formais, ações de organização coletiva e resistência para a defesa dos direitos, além do pertencimento de se tornar e de ser uma “micro-formiguinha”, como salientado pela moradora. Corolário disto são as mobilizações contra o processo de remoção, o que acabou fazendo das ações pontuais e imediatas dos moradores, uma tática orgânica e política, onde se formou um movimento social superando os paradigmas das ações espontâneas.

A ação coletiva deles foi além do imediato, rotineiro e pragmático, revelando que o cotidiano pode ser ressignificado e reiventado a cada momento, especialmente quando se trata de destituir os direitos humanos sob a perspectiva das áreas de “risco”

social, utilizando-se de uma medida ambiental de proteção para as populações em situação de desastres, calamidades e/ou alagamentos. A resistência dos moradores se motivou pelo não distanciamento dos vínculos, pela frequência da localidade, acesso aos bens e serviços, contra o descaso, o desrespeito e a injustiça na concepção dos grupos subalternos. Por isso, a transformação da injustiça em resistência, como forma de organização e pressão exercida na localidade contra o processo de remoção e destituição de direitos.

Observou-se que o Programa de Habitação de Interesse Social local, o Morar Feliz, representou uma lógica de remoção urbana ao invés de democratizar o acesso à moradia popular, com condições qualitativas de produção e reprodução social. Os sujeitos sociais removidos, em sua metade para tais conjuntos habitacionais, foram afastados do cotidiano, dos vínculos comunitários e familiares. Passaram, novamente, por uma nova forma de violência material e simbólica, com a subtração do Estado e do poder público, no tocante à proteção social e materialização dos direitos sociais previstos na própria Constituição Cidadã (1988) e até mesmo no Estatuto da Cidade (2001).

Ressalta-se, que aqueles que resistiram contra tal processo de expropriação urbana ainda enfrentam muitas implicações em relação à água, luz, transporte e esgoto. Aliás, a ausência de respostas do Poder Público municipal no campo dos direitos sociais, não é outra coisa senão a sua articulação com o projeto de privatização da cidade. Daí, a urgência de se realizar uma leitura do poder local, colocando luz no jogo de interesses e nas alianças políticas, sobretudo aquela protagonizada pelos governos municipais, a “velha” elite representada pelos usineiros e os “novos” atores da especulação imobiliária e, o mais importante, sobre a ação coletiva e resistências dos grupos subalternos.

Referências

BARBOZA, Florence Marcolino. Risco para quem? A instrumentalização do risco contra o direito à cidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Natal. **Anais do XVIII ENANPUR: Tempos em/de transformação – Utopias**. Natal, 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Enclaves Fortificados: a Nova Segregação Urbana**. São Paulo: Estudos Cebrap, v. 47, p. 155-176, 1997.

_____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. ed. 34. São Paulo: Edusp, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros**

ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

CRUZ, José Luis Vianna. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, p. 159-177, 1992.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela margem da linha. **Revista Libertas**, v.14, p.1-20, 2014.

MOTA, Ana Elizabete. **Sobre as expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões**. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). Niterói: NIEP-MARX, v.1, p. 01-12, 2017.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos de; PEREIRA, Beatriz Mateus; SANTOS, Renato Gonçalves dos; CORDEIRO, Thais Nascimento; SALES, Thatiana Monteiro. **À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos**. Campos dos Goytacazes, 2012.

SILVA, Cátia Antônia; RAINHA, Felipe Andrade. A produção social do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos dos Goytacazes. In: BERNARDES, Julia A.; SILVA, Cátia A. da. (Orgs). **Modernização e Território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense**. Lamparina, p. 42-55, 2014.

VIEIRA, Nuria Pardillos. Remoções de moradias e trabalho da/o assistente social: atualização de antigas requisições. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, p. 181-202, 2018.

WACQUANT, Loic. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, p. 11-42, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.